



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 13/2022

Continuação da Sessão Extraordinária de 08 de agosto de 2022

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e seis minutos, na Sala da Assembleia Municipal – Edif.º Eng.º Duarte Pacheco, deu-se início à continuação da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

Lista de Presenças: -----

22 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Joana Guerreiro da Conceição (1ª secretária), Fernando Pereira Marques (2º secretário), José João Magalhães David (em substituição de Maria Esteves Ferreira Lourenço), Carlos Manuel Pontes Costa, Adriano Costa Cabrita (em substituição de Vítor Cristiano da Piedade Ferreira) Pedro de Moraes Lobo Martins Julião, Fábio Miguel Cortes Nobre (em substituição de Elisabeta Ecaterina Necker), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, João Pedro Medeira Cabrita, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Dora Maria Portela do Olival (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Marta Alexandra Pereira Rodrigues Teixeira Pimentel (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), André Teixeira Correia (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

8 Deputados Municipais do PSD- Bruno José de Sousa Guerreiro (em substituição de Eleutério João Pedro Rocheta), João Carlos Dias dos Santos, Helder Faísca Guerreiro (em substituição Bárbara Maria do Amaral Correia), Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Cláudia Isabel Martins Mendes, João José Paixão Carvalho Ferreira, Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salar) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

2 Deputadas Municipais do Partido CHEGA- Luis Delgado (em substituição Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro) e Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro; --

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputada Municipal do CDS- Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputada Municipal da CDU- Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Municipal do PAN- Ana Luísa Poeta Simões; -----

Estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, a Vice Presidente Ana Machado e os Vereadores, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Cláudio Lima (em substituição de Rui Cristina) e João Paulo Sousa.-----

Não esteve presente o Vereador Fernando Jorge da Encarnação Santos.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Silva Gomes**, deu início à Sessão, começando por cumprimentar todos os presentes e aos que nos acompanham pelo sistema audiovisual, canal Youtube, referindo de seguida que tinham transitado quatro alíneas da sessão anterior, três para votar e uma para conhecimento. Informou que tinha sido apresentada uma proposta relativa à ratificação da assinatura da “Declaração de Compromisso para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas” assunto este que tinha sido aprovado por unanimidade na última reunião de Câmara. Colocou à votação da introdução desta proposta na ordem de trabalhos desta sessão, visto que a mesma era só para conhecimento: -----

Passou-se à votação;-----

Aprovada por unanimidade, passando a integrar a alínea i) da ordem de trabalhos.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

1- Período da Ordem do Dia; -----

e) - Apreciação da Proposta da Câmara Municipal n.º 1779-2022 [DACP]- relativa ao Concurso Público para a Contratação da Concessão de Exploração do Café



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Calcinha, sito na Praça da República - Aprovar o Projeto de Decisão de Não Adjudicação;

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1787-2022 [DACP]- Deliberação relativa a Aprovar remeter à Assembleia Municipal para Autorização do Concurso Público para a Contratação da Concessão de Exploração do Café Calcinha, sito na Praça da República, em Loulé;

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1834-2022 [GAP]- Deliberação relativa a Pedido da Associação para o Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve (AD-ABC), para a Participação como Associado Fundador e Adesão do Município de Loulé ao Laboratório Colaborativo do Algarve Biomedical Center: Soluções Integradas para o Envelhecimento e Rejuvenescimento (ABC COLAB);

h) - Apreciação da Proposta da Câmara Municipal n.º 1645-2022 [DMAPMA]-relativa à Apresentação de Relatório de Monitorização e Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (2021);

i) - Apreciação da Proposta da Câmara Municipal n.º 1603-2022 [DACEC]- relativa à ratificação da assinatura da “Declaração de Compromisso para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas” e remeter a mesma para conhecimento da Assembleia Municipal.

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos: -----

e) - Apreciação da Proposta da Câmara Municipal n.º 1779-2022 [DACP]- relativa ao Concurso Público para a Contratação da Concessão de Exploração do Café Calcinha, sito na Praça da República - Aprovar o Projeto de Decisão de Não Adjudicação;

O Presidente da Assembleia passou à leitura da Proposta da Câmara Municipal n.º 1779-2022 [DACP]- relativa ao Concurso Público para a Contratação da Concessão de Exploração do Café Calcinha, sito na Praça da República – e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento. Referiu que a alínea e), é para dar conhecimento da não Adjudicação e a alínea f) Remeter à Assembleia Autorização do Concurso Público para a Contratação, pelo que é da opinião de que ambas as alíneas sejam apresentadas pelo Executivo, em simultâneo. Por este facto colocou à consideração da Assembleia se estavam de acordo que fossem apresentadas em simultâneo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Passou-se à votação;-----

Foi aprovada por unanimidade.-----

Por este facto, passou a palavra ao Vereador David Pimentel. -----

O **Vereador David Pimentel**, saudando todos os presentes e em casa passou a esclarecer que, no que diz respeito a estes dois pontos do Concurso Público do Café Calcinha, a primeira apreciação é a do Projeto de Decisão de Não Adjudicação do concurso público para a contratação da concessão e exploração do Café Calcinha, houve de facto três interessados. Como é que isto é avaliado na plataforma de contratação pública, quando a empresa tem um manifesto interesse em apresentar propostas? Descarregam as peças do Procedimento, as peças entre outras, são o programa de procedimento e o caderno de encargos. Neste caso, apenas uma empresa submeteu uma “proposta”, neste caso nem era uma proposta, era uma declaração do porquê da não apresentação de proposta, fundamentando pelas dificuldades de recrutamento de recursos humanos. Portanto, não houve mais nenhuma informação adicional a não ser essa. Como tal o que vem na alínea e), é a não adjudicação desse Concurso Público, e na alínea f), é a autorização da Assembleia Municipal para o lançamento de um novo Concurso Público para a contratação da exploração do Café Calcinha. Uma vez que alguns dos Deputados poderiam ter algumas dúvidas a colocar, reservar-se-ia para o esclarecimento das mesmas ao invés de se prolongar na explanação das questões aqui subjacentes. Agradeceu. -----

O **Presidente da Assembleia** tomou a palavra agradecendo ao Vereador, e passou-a à deputada Ana Poeta Simões do PAN, que por motivos de se encontrar afónica solicitou a leitura da sua intervenção, à deputada Maria João Carrapeto do PS, que leu a sua intervenção. -----

----- A
Deputada **Maria João Carrapeto (PS)**, em nome da deputada **Ana Poeta Simões do PAN**, saudando a todos sugeriu, porque não passar a exploração do Café Calcinha para a Loulé Global? Na semana passada, deliberou-se uma Proposta do Contrato Programa com a mesma, no valor de seiscentos e trinta mil, quinhentos e cinquenta e nove ponto setenta e três cêntimos, que foi justificado em parte pela existência de um défice da exploração no Mercado Municipal de Loulé e na isenção no pagamento nos transportes públicos, devido à situação pandémica vivida nos últimos dois anos. Uma vez que na prossecução do seu objeto social, a Loulé Global poderá desenvolver entre outras as seguintes atividades: a) Gestão, exploração, manutenção e promoção comercial do Mercado Municipal. Alínea k) Administração dos bens do domínio público e privado do município que lhes encontrem afetos para a prossecução do seu objeto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

social. Alínea I) Exercício de todas as atividades complementares ou acessórias ao seu objeto social, que lhe venham a ser atribuídas pelo Município de Loulé, ou que se revelem necessárias e adequadas à sua realização. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu e passou a palavra ao deputado Bruno Guerreiro . -----

O Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, saudando todos os presentes tomou a palavra e questionou o Vereador David Pimentel, sobre qual a inovação neste caderno de encargos em relação ao anterior? -----

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu e passou a palavra ao deputado Carlos Martins. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)**, saudando todos os presentes interveio dizendo que a primeira tentativa para reabrir o Calcinha, um café com história saiu frustrada. Não houve candidatos e só um, apresentou um comentário que não há mão de obra para executar o trabalho. O que é mudou? Que justificação é que a Câmara apresenta realmente para que não haja candidatos? Os candidatos interessaram-se, o caderno de encargos é muito restritivo e com muitas obrigações. Por outro lado, queixam-se com muita falta de mão de obra para cumprir os horários exigidos. Nada mudou, as condições de concurso público e caderno de encargo são iguais, pelo menos não foi encontrada nenhuma diferença. Como tal, tem receio de que se volta à estaca zero. As questões apresentadas nesta Assembleia no dia 23 de maio, estão perfeitamente atuais. Na altura o Senhor Presidente da Câmara, disse que era uma oportunidade única, que a renda era baixíssima e que não iriam ter problemas nenhuns com candidatos e até avançar de que na altura já haviam dois ou três candidatos. Infelizmente não se concretizou e voltamos de novo ao princípio de ter que promover um concurso novo. Porque era muito importante para Loulé, a sua abertura para dar mais vida cultural, social e de lazer à sociedade. Temos a noção de que o Presidente da Câmara terá algo a dizer, que motive os empresários da restauração a apresentarem candidaturas e também para que o nosso poeta Aleixo não continue sozinho, ali a olhar para uma porta fechada há mais de ano e meio. -----

O **Presidente da Assembleia** agradeceu e não havendo mais perguntas, passou a palavra ao Vereador David Pimentel. -----

O **Vereador David Pimentel**, agradecendo a palavra, passou a responder que, no que concerne a exploração pela Loulé Concelho Global, a empresa municipal neste momento para além do ofício da gestão e exploração do Mercado Municipal, como todos sabem gere os transportes urbanos. São neste momento mais de duzentos mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

quilómetros anuais e são cinco linhas. Para além das linhas vermelhas de ligação ao Alfa Pendular, e neste momento o desenvolvimento da atividade das zonas de estacionamento de duração limitada, o estacionamento na via pública e a gestão de diversos parques de estacionamento em Silos. Que nesta altura do verão acrescenta operações nomeadamente na praia da Quinta do Lago. O que está a desenvolver agora essa empresa municipal, em termos de eixos estratégicos de crescimento da empresa é a mobilidade elétrica. Portanto é um operador de postos de carregamentos elétricos credenciados pela Direção Geral de Energia e Geologia, e neste momento tem na sua gestão mais de vinte pontos de carregamentos de veículos elétricos, e esse é um dos eixos estratégicos, complementares à mobilidade, aquilo que se quer à mobilidade sustentável e com menos emissões. Também está em curso um processo de revisão dos estatutos da empresa municipal, para que possa apresentar-se como gestora de energia do município. Portanto, é por estas áreas e por estes vetores que nesta fase se prevê a progressão desta empresa municipal. Isto não quer dizer que não possa abraçar outros desafios, mas o entendimento no lançamento deste concurso público é que, o público cria as condições para que, eventualmente aqui uma entidade privada que venha a explorar este espaço, provocando eventualmente a geração de uma nova empresa e geração de mais postos de trabalho. E naturalmente não se põe de parte a hipótese, de uma empresa municipal gerir, mas numa primeira fase e numa primeira abordagem continua-se a acreditar que este programa terá candidatos. -----

Respondendo ao Senhor Deputado Bruno Guerreiro, não há nenhuma alteração ao caderno de encargos, e irá explanar o porquê mais à frente, respondendo assim também ao Senhor Deputado Carlos Martins. De facto, não houve candidatos, houve sim interessados, mas não houve quem apresentasse uma proposta. Quanto a isso, às justificações e o porquê de um caderno de encargos mais restritivo e com muitas obrigações, há aqui dois tipos de fatores que gostaria de partilhar com todos. Fatores que dizem respeito a fatores exógenos, portanto da conjuntura e há fatores que são de caris endógeno que diz respeito ao caderno de encargos e ao caderno de programa do procedimento. Primeiro, todos temos consciência que há uma enorme dificuldade da gestão de recursos humanos. Quem é empresário neste momento e vive das diversas áreas do comércio e dos serviços, sabe que felizmente a taxa de desemprego em Portugal está a atingir patamares mínimos, e no primeiro trimestre no Algarve atinou-se os 5.9%, quando por exemplo em 2013 atingiu-se taxas de desemprego na ordem dos 17%. Isso significa que felizmente, e apesar de uma crise pandémica, conseguiu-se manter os empregos fruto naturalmente do trabalho e do desempenho do Governo e da resiliência dos nossos empresários. Portanto este é um reflexo inequívoco que provoca que exista de facto escassez de mão de obra neste momento no mercado. A inflação, está-se a registar máximos históricos dos últimos 30 anos, o que cria instabilidade nos planos de negócio dos empresários e empreendedores, como seria o Café Calcinha, evolução dos preços da energia e dos combustíveis e do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

preço dos combustíveis, sendo tudo isto variáveis que consubstanciam uma dificuldade, naquilo que é a gestão do risco naquilo que será a possibilidade de candidatos a esta concessão de espaços públicos, que neste momento decorrem no país inteiro. Os concursos ficam desertos, porque a conjuntura económica neste momento não é favorável para assumir riscos. -----

Referiu que o valor da renda mensal, representa cerca de 50% abaixo do valor de mercado. São cerca de 158 m2 de área útil interior, que tem o Café Calcinha, 4,75€ por m2 por mês, sendo 937,50€ de renda mensal., que contribui em 40% para a avaliação da Proposta. -----

Audácia e mérito criativo da Proposta, são 50%, ou seja, um bom Plano de Negócios feito, uma boa valorização da marca do Calcinha, o que é típico da nossa gastronomia e pasteleria local, são avaliados aqui. Outra questão é o Programa Cultural, que é exigido neste programa de procedimento e Caderno de Encargos, é muito custoso e muito oneroso. -----

Referiu-se à pág. nº 6, o Plano Cultural é avaliado na base da Proposta e quem não apresentar nenhuma Proposta de um Plano Cultural de Atividades, tem pontuação que ajuda a contribuir, pela 10% na avaliação da Proposta. Em relação ao horário, determina que se trabalha de Terça-feira a Domingo, para fomentar a atividade económica no centro da cidade de Loulé. Na época baixa, de outubro a abril, trabalhará das 8.00h às 20.00h e na época alta, de maio a setembro, trabalhará das 8.00h à 1.00h. Fez referência à pág.15 do Caderno de Encargos, menciona que este horário poderá ser alterado ou ajustado em concordância com a Comissão de Acompanhamento. Se o horário proposto pelo município não tiver a repercussão que é suposto na vida local, em função da dinâmica do comércio. -----

Quem vier a explorar o Café Calcinha, não ficará mais de 5 anos, pois terá que ir a um Concurso Público, novamente, um espaço nobre não pode estar adjudicado por uma vida inteira, é a lógica através da contratação pública, dos bens públicos voltarem a estar a concurso. -----

No Café Calcinha, as obras estão terminadas, está todo equipado, totalmente mobilado. A única realidade de quem vier a ganhar o Concurso, é que tem que saber gerir os recursos e gerar receitas. Referiu que existe um Gabinete de Apoio à Plataforma de Contratação Pública, o Gabinete de Apoio à Atividade Económica e Empreendedorismo. Existem bastantes interessados e é salutar que quem gere a causa pública, perceber que foi ali feito um investimento público, e que é preciso haver um retorno. A obras foram 71.490€ e a renda é precisamente para colmatar este valor e quem vai gerir aquele espaço, tem que retribuir no erário público, uma parte do investimento que ali foi feito. -----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que cumprimentou na pessoa do Presidente da Assembleia, todos os presentes. Em relação à questão do Café Calcinha, trata-se de um património singular e ímpar da cidade de Loulé. Esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Proposta coloca ao PSD, grandes reticências, uma vez que a alteração ao que estava não existiu, é levado novamente a uma segunda ronda a possibilidade de o concurso ficar novamente vazio, sendo as condições as mesmas, o que não se compreende. Referiu que se este Caderno de Encargos, fosse apresentado numa cidade como Quarteira, não haveria problema nenhum, em conseguir cumprir o mesmo. O que se apresenta é que Loulé, tem particularidades a nível da sua dinâmica económica e de movimentação de pessoas, que não facilitará tanto, quem terá interesse de assumir o Café Calcinha e as pessoas têm receio, porque há uma grande incerteza e o Executivo deverá de certa forma, colmatar, diminuir essa incerteza. Dessa forma terá mais pessoas interessadas e correrá tudo pelo melhor. Agora apresentando a mesma proposta, vai ser complicado. -----

Em seguida o Deputado **Carlos Costa (PS)**, pediu para intervir, começando por cumprimentar em nome do Presidente da Assembleia, todos os presentes e aos que estão a assistir através dos meios audiovisuais. -----

Ressaltou a importância do edifício do Café Calcinha, a sua beleza interior, o seu estilo. Em relação ao Caderno de Encargos e à proposta de funcionamento do mesmo, e se não fosse a questão da pandemia, estaria a funcionar. -----

Referiu que tem que haver alguma diferença na exploração de um café com história, do ponto de vista do programa que apresentam, da sua referência histórica. -----

O rigor e o objetivo do Caderno de Encargos, tem como objetivo, que funcione com a diferença que um café com história tem que funcionar, dignificando muito a cidade de Loulé. O folhado e o café, ao sábado à tarde é muito importante para as pessoas, e que abra brevemente. -----

Foi em seguida dada a palavra ao Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, para dizer que um privado quando faz um investimento tem como objetivo, o lucro! -----

Pediu a palavra o Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que ao ouvir a explicação do Vereador David Pimentel, não haverá nenhum problema com este concurso e que irá haver candidatos suficientes para abrir o Café Calcinha, o mais rapidamente possível. Teceu algumas observações, nomeadamente a renda, que é acessível. Em relação ao horário, mantém-se igual ao primeiro que já tinha sido aprovado aqui nesta Assembleia. -----

Em relações a obrigações do concessionário, o artigo 6.º, não refere que é facultativo, Obrigações Principais do Concessionário; "O concessionário, fica obrigado a cumprir as seguintes obrigações; t) - *Apresentar à Comissão de Acompanhamento, o Plano Anual de Ações, bem como as atividades de promoção e divulgação da marca "Calcinha".* Não diz que é facultativo, mas sim obrigatório. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Concessionário fica obrigado a reunir trimestralmente com a Comissão de Acompanhamento, mais outra obrigação, num café, não parece que seja ajustado à realidade. -----

Todos gostavam que o café Calcinha abrisse. -----

Questionou, que caso este Concurso, não tenha candidatos, o mesmo Concurso, poderá ser utilizado até se encontrar candidatos? Ou esgota-se e tem de ser feito novo procedimento? -----

Questionou também que, sendo aquele prédio de vários donos, qual foi a comparticipação dos outros condóminos? -----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que cumprimentou todos os presentes, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. -----

Esclareceu a posição de voto da bancada do PSD, o voto contra uma vez que não foi apresentado nada de novo nesta proposta do Executivo. -----

O **Vereador David Pimentel**, esclareceu as últimas questões aqui colocadas. Referiu que o Café Calcinha, é um património ímpar, pelo que é um imóvel de Interesse Municipal e está na rota europeia de cafés históricos. -----

Mencionou que houve vários empresários do concelho de Loulé, que manifestaram interesse, mas que a conjuntura atual não lhes permitia arriscar numa nova unidade de negócio. -----

Esclareceu que os antigos concessionários do Café Calcinha tinham um horário mais abrangente do que o que esta a ser proposto. O Domingo era o melhor dia em termos de refeições ao almoço, uma vez que haviam poucas casas de comércio abertas, sendo um motor da atividade económica que se quer proporcionar. -----

Fez referência aos Banhos Islâmicos que estão abertos ao sábado e ao domingo e o Mercado Municipal á tarde e à noite geraram novas dinâmicas na cidade de Loulé, colocando vários operadores a trabalharem. -----

Esclareceu que todos os condóminos participaram na permissão das obras que foram realizadas no Café Calcinha. Disse acreditar que esta proposta tem tudo para correr bem e seja encontrado o concessionário para a exploração do mesmo. -----

Foi cedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que cumprimentou todos os presentes e a todos os que assistem a partir de casa a esta reunião. -----

Disse ser o Café Calcinha, um ícone na cidade de Loulé, classificado como edifício de Interesse Municipal. A autarquia conseguiu adquirir o imóvel, pode ser comprado, desde que o bem a adquirir, tenha um valor sentimental e histórico e cultural e a Lei abriu esta exceção. -----

O concurso foi aberto, não sendo o dinheiro o problema, uma vez que a falta de interesse de empresários que estão desejando de ocupar aquele espaço, que tem uma renda baixa, tendo tudo para resultar sendo o principal entrave, a mão-de-obra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi feita uma consulta aos co-proprietários do imóvel, tendo sido as obras feitas na cobertura do Café, de acordo com a permissão, vai ser atribuído um valor para cada fração. Pediu ponderação para ser votada favoravelmente esta Proposta. -----

O **Presidente da Assembleia**, disse que o Executivo esgotou o seu tempo e questionou se algum partido lhe dava tempo, tendo sido dado 5 minutos pela Bancada do PS. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, referiu que depois de ouvir atentamente o senhor Presidente da Câmara, novamente sobre esta matéria, disse sentir um paralelismo com intervenções anteriores. -----

O Caderno de Encargos, volta novamente aqui à Assembleia Municipal, que poderia ter sofrido alterações, mas que não sofreu alterações. O GM do PSD, reconhece a importância histórica do Café Calcinha, enquanto património inestimável da cidade de Loulé, e o que o PSD pretende, é que os louletanos, tenham acesso ao Café Calcinha e quem nos visita também tenha acesso, com as melhores condições e o melhor serviço possível. Uma vez que existe dificuldade em contratar recursos humanos, seria benéfico, melhorar o Caderno de Encargos e facilitar essa contratação, e muitas vezes é a decisão política que impera. -----

O Deputado **Carlos Costa (PS)**, mencionou que em relação a estas 2 Propostas em discussão, a Não-Adjudicação, foi votada por unanimidade, no Executivo que a Autorização para Concurso Público, foi votado sem votos contra nesta deliberação do novo contrato. -----

Agradeceu ao Deputado João Ferreira (PSD), o ter reconhecido o esforço feito, pela sua pessoa, em explicar a sua posição. -----

Dirigindo-se ao Deputado João Carlos Santos (PSD), disse desconhecer quais as alterações propostas pelo PSD, nesta matéria. Quais as questões, no sentido de melhorar a Proposta. -----

Pediu a palavra o Deputado **Adriano Cabrita (PS)**, cumprimentando na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, todos os presentes e ao público que assiste em casa a esta reunião. -----

A questão é que o GM do PSD, não concorda com o Caderno de Encargos, apontam alterações que deviam ser feitas, mas não referem nenhuma medida em concreto. Não concordar é fácil, agora uma medida em concreto, não apontam. -----

O Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, disse que não sabe precisar as medidas que o colega de bancada fez, mas o Deputado Vitor Coelho, fez algumas Propostas, quando este assunto foi trazido aqui pela primeira vez. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pediu para usar da palavra a Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, que na pessoa do Presidente da Assembleia, cumprimentou todos os presentes na sala e a todos que estão a assistir a partir de casa. -----

Sobre a Proposta, referiu, que pelas razões aqui apresentadas, pelos GM e pelo Vereador, estamos em tempos de conjuntura atípica, Covid e a Guerra na Ucrânia, motivo pelo qual o concurso ficou deserto, por esse motivo disse não fazer sentido, voltar a trazer aqui uma Proposta, quando ainda se continua em tempos atípicos. Os empresários encontram dificuldade em contratar pessoal, dificuldades em cumprir as suas obrigações fiscais, porque nos dias de hoje a carga fiscal é imensa, impostos e tudo o resto. Disse entender a explicação do Executivo, mas revê-se na posição da Bancada do PSD, uma vez que há que repensar as condicionantes que se está a ter na atividade económica atual, que faz com que o mesmo Caderno de Encargos, não possa ser apresentado exatamente como está. -----

A carga horária é grande se há dificuldades em contratar pessoal, então vai-se ter uma carga horária maior? Embora esteja no contrato, até que ponto é que pode ser renegociado? Pode ser imposto ou não pode ser imposto? -----

O GM do PSD, já apresentou propostas, acha que o Executivo não as ouviu e deveria ser encontrado aqui o meio termo, porque estamos ainda em tempos atípicos, onde não há condições para fazer determinados investimentos, embora não em dinheiro, uma vez que a autarquia arranhou o edifício, mas há um investimento de capital humano, durante alguns meses, para conseguir dar a categoria à exigência que é necessária. -----

Terminou, dizendo que a posição do CDS, será a de votar contra, pois não se verifica uma cedência às pequenas sugestões aqui feitas. -----

Enquanto cidadã, fica desejosa de ver o Café Calcinha, a funcionar e estará cá para dar os parabéns ao Executivo. -----

O Deputado **João Ferreira (PSD)**, disse gostar de reiterar mais uma vez um esclarecimento; a Bancada do PSD, não é contra o concurso, que fique claro! É contra é o Caderno de Encargos ser o mesmo. Quanto a propostas, para além de já ter havido em Reuniões de Câmara, por escrito apresentadas pelo sr. Cláudio Lima. ----- Quando o Caderno é igual, não esperamos resultados diferentes; se fosse, o PSD estaria disposto a votar a favor, assim não! -----

O **Presidente da Assembleia**, disse que não resistiria a fazer um comentário, embora eventualmente não lhe competisse fazê-lo, mas dá-lhe a ideia que de facto as pessoas, porque ao estar-se concentrado na gestão dos trabalhos, perde-se às vezes pormenores, como por exemplo a resposta que o senhor Vereador, deu à questão colocada pela Deputada do PAN. Mas de facto, há por vezes pormenores de audição e de comunicação, que por vezes se perdem. De facto, numa sessão anterior, o PSD apresentou, propostas concretas para alteração. De facto, o Vereador David Pimentel,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

também já explicou que houve pessoas que não concorreram, não pela questão do Caderno de Encargos, mas por questões procedimentais, relacionadas com o concurso e que essas pessoas já perceberam que têm apoio dos serviços da Câmara, para poderem concorrer. O Deputado João Ferreira do PSD, já tinha indicado qual era o sentido do voto do seu partido e porquê e dá-lhe ideia que de fato as pessoas estão a falar apenas para se ouvirem e que não é minimamente, o que nos interessa a todos e penso que estamos de acordo. -----

Pedi maior concentração, naquilo que aqui se passa. É evidente que é o sitio para se fazer política e faz parte ir ao passado rebuscar coisas, mas quando as coisas estão em ponto que interessa decidir, e os dados estão lançados, estarmos todos a repisar na mesma coisa e ter que repetir, duas vezes a mesma coisa, para se ouvir como foi o caso do Deputado João Ferreira, que teve que indicar, novamente, o sentido de voto do seu partido e os motivos. Pensa que não há necessidade. -----

Pedi para intervir o Deputado **Adriano Cabrita (PS)**, que disse ser este o momento para a atual discussão, sendo este o documento final e cuja bancada do PSD, mostra não concordar com o mesmo. Este é o momento para apresentarem soluções aquilo que discordam. -----

O Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, dirigindo-se ao Presidente da Assembleia, deu os parabéns, pela sua imparcialidade e por defender sempre a verdade nesta casa. -

Foi cedida a palavra ao **Vereador Claudio Lima (oposição PSD)**, agradecendo desde logo a oportunidade por ter sido dada a palavra a um Vereador da Oposição, mas que é importante esclarecer factos, os Vereadores do PSD, votaram contra esta Proposta! E não como o senhor Deputado Carlos Costa, disse. -----

O **Presidente da Assembleia**, lembrou a separação de poderes, apesar dos votos do Executivo, poderem ser num sentido, a Assembleia tem autonomia para votar em sentido completamente contrário e esta Assembleia não está vinculada, e os Grupos Municipais também não, aos votos que os senhores Vereadores possam ter feito em sede de Executivo, pois estamos a falar em votações autónomas. -----

e) - Apreciação da Proposta da Câmara Municipal n.º 1779-2022 [DACP]- relativa ao Concurso Público para a Contratação da Concessão de Exploração do Café Calcinha, sito na Praça da República - Aprovar o Projeto de Decisão de Não Adjudicação;

Foi apreciada; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1787-2022 [DACP]- Deliberação relativa a Aprovar remeter à Assembleia Municipal para Autorização do Concurso Público para a Contratação da Concessão de Exploração do Café Calcinha, sito na Praça da República, em Loulé; -----

Passou-se à votação;-----

Foi aprovada por maioria, com 26 votos a favor (22 PS, 1 PSD, 1 BE, 1 CDU e 1 PAN), 2 abstenções (CHEGA) e 8 votos contra (7 PSD e 1 CDS). -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1834-2022 [GAP]- Deliberação relativa a Pedido da Associação para o Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve (AD-ABC), para a Participação como Associado Fundador e Adesão do Município de Loulé ao Laboratório Colaborativo do Algarve Biomedical Center: Soluções Integradas para o Envelhecimento e Rejuvenescimento (ABC COLAB);

Para a apresentação da Proposta, foi cedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse estar disponível para esclarecer quaisquer questões que foram solicitadas pelos senhores Deputados, sobre a Proposta em apreço. -----

A Proposta, trata deste órgão, autorizar o Executivo, a integrar o COLAB, que é uma Associação, cujo objetivo, é investigar na área do desenvolvimento de conhecimento científico, na área do Envelhecimento e Rejuvenescimento. COLABs são estruturas que aparecem em diversas áreas, uma Associação de várias entidades do mundo académico, empresariais, autarquias, municípios, sendo o objetivo de posicionar a nossa região, através desta ferramenta, que conseguiu a adesão da Universidade de Coimbra, do ISCTE, são apenas algumas das entidades de referência no nosso país e também a Universidade do Porto pediu ao ABC, para aderir a este COLAB. Trata-se de uma Associação Privada sem fins lucrativos e terá a sua Sede em Loulé, tendo uma despesa inicial de 2,500€, com uma quota anual de 2,000€. -----

O desenvolvimento do futuro passa muito pelo conhecimento científico, com investigação científica, aplicada. -----

São áreas de investigação, “Clusters” que vão gerar economia e numa região turística como o Algarve, juntar conhecimento com atividade empresarial na área do bem-estar, na área do envelhecimento ativo, e na área do rejuvenescimento. -----

Esta Proposta, ao ser aprovada, irá posteriormente para Tribunal de Contas para ser colocado o visto e o município aderir formalmente a este COLAB. -----

Foi dada a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que cumprimentou todos os presentes e ao público que está a assistir em casa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Em relação a esta Proposta, solicitou alguns esclarecimentos, nomeadamente no artigo segundo n.º 2, refere, que “o ABC ECOLAB, terá a sua Sede em Loulé...” Tendo em conta que em termos de escritura, fica definido nos Estatutos, onde ficará efetivamente a Sede, sendo Loulé, um concelho grande. -----

Em relação ao “Objeto”, disse ter no n.º 2 “a prossecução de objetivos comuns, dos seus membros”, disse não entender o sentido deste número, e tendo em conta os membros interessados tão diversos, que tem como a Garvetur, a sua atividade compra e venda de imóveis, e a Vodafone, as telecomunicações, o que se pretende dizer efetivamente neste ponto? -----

Em relação ao artigo 7.º, refere o Anexo I aos Estatutos, que não consta dos documentos enviados e questionou se é possível ser fornecido este Anexo. -----

Usou da palavra o Deputado **Carlos Martins (BE)**, teceu algumas considerações relativamente a esta Proposta, nomeadamente que a escritura pública, que oficializou a criação da Associação, teve lugar no dia 29 de julho, na presença do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Aleixo e de outras entidades convidadas. ----

Questionou onde irá ter lugar a Sede desta associação, concretamente em Loulé, onde fica a mesma situada, para além de ser obrigatório ficar nos Estatutos. A Câmara deliberou antes da Associação ser legalizada. Não parece ser impedimento, que a Assembleia, delibere neste dia, a Adesão do Município à referida Associação, assim como nos custos inerentes à admissão com o sócio fundador. -----

Questionou para quando está prevista a marcação de eleições e como se processa este ato. -----

A questão principal que coloca, é se realmente a deliberação da Câmara está aqui em contradição com um ato que só posteriormente foi feito podendo ter algum problema com o Tribunal de Contas. -----

O **Presidente da Assembleia**, questionou se a Bancada do PS, cede algum tempo ao Executivo, ao qual o líder de Bancada disse ceder 5 minutos. -----

O **Presidente da Câmara**, agradeceu a cedência de tempo à Bancada do PS. -----

Esclareceu que está em curso, uma colaboração com o Algarve Biomedical Center, existindo neste momento projetos avançados para a construção do edifício, sendo a sua Sede em Loulé, o primeiro laboratório para investigação científica, na área da testagem antes de lançar para o mercado uma nova geração de medicamentos, que irá acontecer em Loulé, em espaço físico, a ceder pelo município de Loulé. -----

São empresas que vêm a possibilidade de se ligar a projetos, que podem vir a surgir, não no âmbito estrito do funcionamento do próprio COLAB, mas fora, acompanhando um segmento da economia do conhecimento, e poder marcar uma posição, que depois noutra quadro, noutra âmbito, dentro desta Associação, sem fins lucrativos, poder retirar daí alguma vantagem empresarial. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Em relação aos Estatutos, disse terem sido os mesmos distribuídos, Anexo aos Estatutos, estando na posse dos senhores Deputados. -----

Foi esclarecido pelo **Presidente da Assembleia**, que em relação a esta questão, como ainda não se sabe quais são os associados, que estão em fase de adesão, saber qual o património da associação que se encontra distribuído pelos 12 associados fundadores, eventualmente ainda estará em fase de processo, mas entende que deveria vir mencionado. -----

Retomou a palavra o **Presidente da Câmara**, dizendo que a Câmara aprova uma Proposta e submete à Assembleia Municipal, antes de aderir a esta ou a qualquer outra Associação, para autorizar o município a aderir à Associação, não tendo sido assinada a escritura uma vez que a Assembleia Municipal não tinha dado autorização para tal, tendo que levar no fim o visto do Tribunal de Contas. -----

Passou-se à votação;-----

Foi aprovada por maioria, com 33 votos a favor (22 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS e 1 CDU) e 3 abstenções (2 CHEGA e 1 PAN)..-----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)**, entregará à posteriori uma Declaração de Voto. -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

h) - Apreciação da Proposta da Câmara Municipal n.º 1645-2022 [DMAPMA]-relativa à Apresentação de Relatório de Monitorização e Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (2021);-----

O GM do PS, cedeu 10 minutos ao Executivo. -----

Para a apresentação da Proposta, foi dada a palavra à **Vereadora Marilyn Zacarias**, cumprimentando na pessoa do Presidente da Assembleia, todos os presentes e todos os que assistem em casa a esta reunião. -----

Disse tratar-se de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, trazido a esta Assembleia, a título de apreciação, uma vez que já foi votado em reunião de Câmara. É o 3º Plano revisto, existente na Câmara de Loulé, tendo sido a revisão feita e aprovada em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal em março de 2021, estando cerca de 70% do mesmo já executado, estando a ser monitorizado o ano em curso. O Plano, conjuntamente trabalha indo de encontro ao Regulamento Interno existente na Câmara Municipal dois Planos de Qualidade e Auditoria e do Manual do Trabalhador e do Código de Conduta dos trabalhadores. Informou que está em curso a elaboração do Plano para 2022 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi apreciada; -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

i) - **Apreciação da Proposta da Câmara Municipal n.º 1603-2022 [DACEC]-** relativa à ratificação a assinatura da “**Declaração de Compromisso para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas**” e remeter a mesma para conhecimento da Assembleia Municipal; -----

A Proposta foi lida pela **1ª Secretária, Joana Conceição**, que fez a leitura integral da mesma. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, para algumas alegações finais ao documento, referindo que é mais um documento que sucede a outros tantos anteriores. Este versa mais a questão eficiente da água. -----

Esta Declaração tem 3 organismos que assinaram o documento, nomeadamente a APA, a ANMP e a Associação Portuguesa para o Saneamento e Distribuição de Águas para Consumo Humano. -----

Foi apreciada; -----

O **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, às 22.45h e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Sam Am

A 1ª SECRETÁRIA Joana Conceição

O 2º SECRETÁRIO Fernando Cesário Marques